

## NOTA TÉCNICA Nº 5

# A educação na pandemia e a omissão do Governo Federal

Por Angela Lucas, Elaine Nascimento, Ethel Maciel, Flávia Biroli, Marlise Matos, Patrícia Valim, Rosângela Hilário e Sandra Gomes

**E**m vários países, a educação tem sido negativamente afetada pela pandemia de Covid-19. Porém, ao contrário de outras nações, o Governo Federal brasileiro tem sido omisso na identificação dos problemas concretos e na construção de protocolos e de políticas para a garantia constitucional à educação. Não houve ações efetivas do Ministério da Educação (MEC) para garantir o acesso a orientações educacionais durante o período de fechamento das escolas ou para garantir o retorno seguro ao ensino presencial. A falta de responsabilidade para com a saúde pública também tem efeitos no prolongamento da nova crise educacional, uma vez que o acesso a vacinas teria sido um caminho para o retorno às aulas com garantias para a saúde de professoras e professores, das crianças e de suas famílias, bem como de toda a comunidade escolar.

Em fevereiro de 2021, o Unicef publicou um Relatório alertando para a crise na educação em decorrência da pandemia de Covid-19. O Brasil figura nesse Relatório como [o país do mundo com o maior número de crianças sem acesso a orientação educacional após um ano de pandemia](#), com 44,3 milhões de crianças nessa situação.

As funções redistributiva e supletiva do Governo Federal na educação são estabelecidas pela Constituição de 1988. O objetivo é garantir a equalização de oportunidades educacionais entre as unidades da federação. As ações do governo demonstram o descumprimento desse dever constitucional. Um dos exemplos da omissão é o [veto total do presidente Jair Bolsonaro ao PL 3.477/2020](#), que previa recursos para garantir acesso à internet para estudantes e professores da educação básica pública. As justificativas para o veto foram inadequações orçamentárias, mas os arranjos para garantir [recursos para emendas de parlamentares alinhados](#) à base governista demonstram que a educação pública não é prioridade do governo. Em setembro de 2020, quando o Brasil enfrentava a pandemia há seis meses sem qualquer coordenação nacional federativa para a crise educacional, o Ministro da Educação, Milton Ribeiro, declarou que garantir o retorno seguro às aulas e o acesso dos estudantes à internet não era de sua responsabilidade.

Escolhas políticas anteriores à pandemia também agravam as múltiplas crises do presente. A Emenda Constitucional 95, de 2016, é um marco no descompromisso do Estado brasileiro com os direitos sociais, dentre eles a própria educação. Desde então, a situação tem se agravado e [entre 2019 e 2020 houve queda de 9% nas despesas em educação em todo o país e o orçamento atual é o menor desde o ano de 2010.](#)

### Consequências da omissão

O resultado é a ampliação das desigualdades educacionais já existentes, o agravamento de problemas de infraestrutura (nesse caso, relacionados ao baixo acesso a tecnologia), a insegurança das crianças e de professoras e professores e a vulnerabilidade econômica ampliada das mulheres.

O futuro da nação é comprometido quando o acesso à educação é limitado por falta de recursos e políticas públicas adequadas. Segundo estudos, [os efeitos são maiores para as crianças de 6 a 10 anos](#). Estados mais ricos ou com melhores Índices de Desenvolvimento da Educação Básica [foram os que tiveram condições de propor planos mais adequados de ensino durante o fechamento das escolas, aprofundando desigualdades regionais](#).

Além do retrocesso na escolarização, a suspensão da rotina escolar representa uma série de riscos para as crianças e adolescentes. [A violência doméstica tem sido definida como uma pandemia invisível que atinge mulheres e crianças, em especial as meninas](#). A insegurança alimentar é maior nos [domicílios em que vivem crianças e adolescentes, que foram os que mais perderam renda durante a pandemia](#). Além de não terem acesso aos alimentos fornecidos pela escola, elas podem estar em situação de risco enquanto os adultos responsáveis por elas estão fora trabalhando ou em busca de trabalho. Esse risco também varia segundo a renda familiar, a raça/cor e o local de moradia. [Estudos apontam para o fato de que as crianças negras são especialmente atingidas](#), com oportunidades educacionais reduzidas e riscos ampliados. [A evasão escolar também é maior entre as crianças negras e indígenas](#).

Professoras e professores têm sido impactados pela falta de recursos para o ensino remoto, mas também pelas omissões do Governo Federal na compra de vacinas para a população. A categoria, embora exposta a riscos de contaminação (que já são reconhecidos no caso da vacinação contra a Influenza), não foi indicada como prioritária para as etapas iniciais da vacinação pelo Plano Nacional de Operacionalizações de Vacinação do Ministério da Saúde. No ensino privado, que tem mantido rotinas presenciais, professoras e professores podem estar diante da escolha entre a sua saúde e a sua renda.

As mulheres são 80% do professorado brasileiro na educação básica, segundo o Censo da Educação Básica de 2020. A ausência de recursos para o ensino remoto e para o retorno seguro ao presencial se agrava, nesse caso, devido à patriarcal divisão sexual do trabalho, que lega às mulheres as responsabilidades prioritárias pelo cuidado das crianças, idosos e pessoas que adoeceram no período. [A sobrecarga física, emocional e material as atinge de modo particular.](#)

No Brasil, elas representam 9 em cada 10 trabalhadores à frente de famílias monoparentais. [Com a suspensão da rotina escolar e a necessidade de trabalhar para o sustento da casa, criou-se um impasse para essas mães](#), sobretudo em um contexto em que apenas uma minoria da população está trabalhando remotamente (IBGE, 2020). Esse pode ser um fator decisivo no retrocesso de 30 anos na participação das mulheres na força de trabalho remunerada no país, apontado pelos dados do IBGE.

A pandemia de Covid-19 demandaria respostas emergenciais, que garantissem o direito à educação e reduzissem os riscos para as crianças, para professoras e professores, e para toda a comunidade escolar. Mas não foi isso que ocorreu no caso brasileiro, como demonstramos nesta Nota Técnica.

**Nesse contexto, perguntamos:**

1. Por que o Governo Federal foi omissivo nas questões relativas à educação, recusando-se a assumir a coordenação da resposta à crise por meio do MEC e do Ministério da Saúde?
2. O MEC agiu de acordo com sua função constitucional redistributiva e supletiva para a garantia da equalização de oportunidades? Se não agiu, por que isso se deu?
3. Por que o MEC se recusou a assumir diretrizes para a educação durante a pandemia e a identificar as dificuldades com o ensino remoto das escolas em Estados e municípios?
4. Por que houve redução do orçamento para a educação, em vez de adicional de recursos financeiros alocados para escolas públicas durante a pandemia?
5. Quais ações foram empreendidas com vistas a garantir às crianças das comunidades mais vulneráveis o direito à infância e aos cuidados necessários, tal como previsto no Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8069/1990)?

6. Por que o governo se recusou por tanto tempo a promover a vacinação universal (por meio da compra de vacinas e de campanhas para a vacinação), o que poderia garantir a vida da população e teria efeitos positivos na educação de crianças e adolescentes?
7. Por que não houve esforços para garantir recursos e regulamentar o acesso à alimentação que é regularmente oferecida pelas escolas e precisaria chegar às crianças de forma emergencial durante a pandemia?

## Referências

BARBERIA, Lorena G.; CANTARELLI, Luiz G. R.; SCHMALZ, Pedro Henrique De Santana. Uma avaliação dos programas de educação pública remota dos estados e capitais brasileiros durante a pandemia do COVID-19. Rede de Políticas Públicas & Sociedade, FGV-EESP, Clear, 2020.

CAVALCANTE, Vitor; KOMATSU, Bruno Kawaoka; MENEZES-FILHO, Naercio. Desigualdades Educacionais durante a Pandemia. Policy Paper n. 51, Centro de Gestão e Políticas Públicas/INSPER, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD COVID19: novembro/2020: resultado mensal / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

Rede de Pesquisa Solidária. "Boletim N. 27 - Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade". Coordenação: Úrsula Dias Peres (USP-EACH, CEM) e Fábio Pereira dos Santos (Técnico da Câmara Municipal de São Paulo), 2021.

UNICEF: Class Attendance: One Year of Education Disruption. Março de 2021.

UNICEF Brasil; CENPEC Educação. Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. Abril de 2021.